

■ ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O acompanhamento do Plano Municipal será feito pelo Fórum Municipal de Educação, com representantes de todos os segmentos da Educação, dos Conselhos Sociais da Educação (CME, CAE e FUNDEB) e Conselho Tutelar.

Os membros deste Fórum foram nomeados pelo poder executivo através de Decreto Municipal com a responsabilidade de acompanhar e avaliar o PME na implementação das suas metas e estratégias e ainda viabilizar as revisões e ajustes que entender necessários, após as Conferências de Educação.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 01 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos.

META NACIONAL	MUNICÍPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
100%	86,8%	13,2%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

Estratégias:

- I- Implementar campanhas informativas de matrículas para esta faixa etária;
- II- Sensibilizar e efetivar a obrigatoriedade do ensino a partir de 04 (quatro) anos;
- III- Avaliar a educação infantil com base em indicadores municipais e nacionais, com o objetivo de garantir qualidade na infraestrutura física, no quadro pessoal, garantindo auxiliares capacitados como apoio aos docentes e nos recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola, garantindo bem-estar profissional e discente, com ensino de qualidade;
- IV- Oferta de matrículas em creches e pré-escolas municipais, visando atender e atingir a meta 01 quando trata 100% (cem por cento) das crianças na faixa etária específica nas pré-escolas e 50% (cinquenta por cento) das crianças na respectiva faixa etária nas creches;
- V- Fomento da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para a educação infantil, especificando os profissionais com perfil garantindo uma educação infantil de qualidade;
- VI- Fomento do atendimento das crianças da educação infantil do campo no campo, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender as especificidades das comunidades do campo; facilitando através desta intenção, a vida cotidiana das crianças onde poderão trazer para a escola sem desgaste físico, emocional e cognitivo, o gosto pelo estudo, o prazer de ser aluno com o despertar para a aprendizagem;

- VII- Fomento ao acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil; atendendo a este nível de ensino com o quantitativo satisfatório na rede, de profissionais específicos para acompanhamento junto ao professor da sala regular como também encaminhamentos destes alunos com seus respectivos laudos a especialistas com a intenção de desenvolver nestes alunos atividades educativas especiais realizando desta forma a inclusão com qualidade;
- VIII- Estimular o acesso à educação infantil integral em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

META 02- Ampliar até 2025, a oferta de educação infantil de forma a atender 50% (cinquenta por cento) da população até 03 (três) anos de idade.

META NACIONAL	MUNICÍPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
50%	21,9%	28,1%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopnc.php

Estratégias:

- I- Ofertar matrículas em creches e pré-escolas municipais, visando atender e atingir a meta 01 quando trata 100% (cem por cento) das crianças na faixa etária específica nas pré-escolas e 50% (cinquenta por cento) das crianças na respectiva faixa etária nas creches;
- II- Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil; atendendo a este nível de ensino com o quantitativo satisfatório na rede, de profissionais específicos para acompanhamento junto ao professor da sala regular como também encaminhamentos destes alunos com seus respectivos laudos a especialistas (equipe multidisciplinar itinerante),

- III- Disponibilizada pelo município com a intenção de desenvolver nestes alunos atividades educativas especiais realizando desta forma a inclusão com qualidade.

Meta 03- Construir, reformar e/ou ampliar os Centros Municipais de Educação Infantil no campo e área urbana.

ANO	ATINGIR MÍNIMO	NO
2017	30%	
2019	50%	
2022	75%	
2025	100%	

Estratégias:

- I- Observar as regiões com maior demanda para priorização das construções;
- II- Estabelecer convênios e parcerias público/privado para construções e adequações dos prédios públicos, desde que haja transparência nos processos orçamentários;
- III- Estabelecer parcerias público/privado para a aquisição de brinquedoteca;
- IV- Adquirir materiais para a implantação da brinquedoteca com recursos municipais;
- V- Adquirir equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos para a rede municipal pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas municipais, com recursos municipais ou em regime de colaboração com a União;
- VI- Manter transparência dos recursos advindos das esferas federal, estadual e municipal para a educação infantil.

META 04- Promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade atendidas nas creches, Centros Municipais de Educação Infantil a partir da homologação deste PME.

Estratégias:

- I- Garantir de um currículo de acordo com as Diretrizes Nacionais do Currículo para a Educação Infantil, desde que haja garantia no atendimento das crianças e efetivação dos serviços;
- II- Articular as secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação, com respeito ao atendimento das crianças e suas respectivas famílias nos CRAS, CREAS, postos de saúde e todos os serviços disponíveis nestas secretarias;
- III- Garantir cardápio diferenciado atendendo as necessidades da primeira infância 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade e de programas de suplementação vitamínico para o enriquecimento da alimentação;
- IV- Articular com os responsáveis (família), para o acompanhamento da evolução das crianças nos aspectos biopsicossociais.

META 05 – Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.

META NACIONAL	MUNICÍPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
100%	97,1%	2,96%

Fonte: simcc.mec.gov.br/pde/graficopnc.php

Estratégias:

- I- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração com as diversas Secretarias municipais, Conselho Tutelar e demais Conselhos, a frequência e o apoio á aprendizagem;
- II- Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parcerias Inter setoriais com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e outros órgãos municipais, estaduais e/ou federais;

- III- Adquirir e implantar tecnologias que auxiliem o trabalho técnico/pedagógico para que as informações da escola estejam interligadas a Secretaria Municipal de Educação, fornecendo informações rápidas e precisas a toda comunidade escolar e órgãos oficiais;
- IV- Estimular a oferta do ensino fundamental para a população do campo em escolas no campo;
- V- Organizar o trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade da zona urbana e do campo.
- VI- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo as habilidades dos educandos da rede municipal de ensino, inclusive em concursos municipais, estaduais e nacionais;
- VII- Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes na educação básica, promovendo a formação do professor e a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, em regime de colaboração com o Estado de Pernambuco e a União, e/ou com recursos municipais;
- VIII- Construir, reformar e/ou ampliar as creches e escolas públicas municipais urbanas e do campo;
- IX- Construir ou reformar das bibliotecas escolares com renovação do seu acervo e contratação de pessoal habilitado para atender os alunos.
- X- Adquirir equipamentos, mobiliários e materiais de apoio didático-pedagógico para as creches e escolas públicas municipais;
- XI- Garantir de um currículo de acordo com a base nacional comum do currículo para o ensino fundamental;
- XII- Incentivar as escolas públicas e particulares municipais, em relação às instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, e a oferta de transporte para a participação nessas atividades, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;
- XIII- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias

- XIV- Implantar laboratório de ciências naturais e exatas nas unidades escolares que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental.

META 06 - Apoiar a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, a fim de contribuir para a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio no município.

META NACIONAL	MUNICÍPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
85%	38,1%	46,9%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopnc.php

Estratégias:

- I- Manter e ampliar os programas e as ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, garantindo a disponibilidade de um supervisor em cada escola, de forma a reposicionar o estudante no ciclo escolar de maneira compatível;
- II- Apoiar e acompanhar o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e a interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;
- III- Apoiar a busca ativa, através do Conselho Tutelar, da população de 15 (quinze) a 17(dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, bem como com a Secretaria Municipal e Estadual de Educação;
- IV- Garantir o acesso às escolas estaduais que ofertam o ensino médio, mediante oferta do transporte escolar.

META 07 – Universalizar para a população de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, da educação básica o atendimento escolar especializado, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede pública e privada municipal de ensino.

META NACIONAL	MUNICIPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
100%	89,6%	10,4%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

Estratégias:

- I- Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e do campo;
- II- Adquirir material de apoio pedagógico para as Unidades Escolares nas diversas áreas do conhecimento;
- III- Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino regular;
- IV- Manter parceria com o estado de Pernambuco e a União programa de acessibilidade nas escolas públicas municipais para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- V- Fomentar à educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
- VI- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.

- VII- Ampliar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues;
- VIII- Ampliar o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino público ou privado.

META 08 – Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 (oito) anos de idade.

META NACIONAL	MUNICÍPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
100%	77,8%	22,2%

Fonte: simec.mec.gov.br/pdc/graficopne.php

Estratégias:

- I- Fomentar à estruturação do ensino fundamental de nove anos como foco na organização do ciclo de alfabetização com a duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena em todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano;
- II- Aplicar exame periódico para acompanhar o processo de alfabetização das crianças, mediante instrumentos nacionais e municipais de avaliação;
- III- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas na rede pública municipal de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, considerando as diversas abordagens metodológicas e sua afetividade;
- IV- Promover alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de limite temporal, desde que a idade cronológica esteja compatível com a idade da turma do ensino fundamental dos anos iniciais;
- V- Disponibilizar apoio psicopedagógico para atendimento aos estudantes e comunidade escolar.

META 09 – Oferecer educação integral em tempo integral com o mínimo de 07 (sete) horas em atividades escolares, no mínimo em 80% (oitenta por cento) das escolas públicas municipais e privadas da educação básica até 2025.

ANO	ATINGIR NO MÍNIMO
2017	20%
2019	40%
2022	60%
2025	80%

Estratégias:

- I- Estender progressivamente, em regime de colaboração com a União o programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta da educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência, de crianças, adolescentes e jovens da escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender até 2025 a todos os alunos matriculados nas escolas públicas municipais;
- II- Manter em regime de colaboração com a União, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais por meio de instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação integral, em tempo integral;
- III- Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus teatros e cinema;
- IV- Atender as escolas do campo na oferta de educação integral em tempo integral, considerando as peculiares locais;
- V- Garantir políticas de combate a violência na escola e a construção da cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar;

- VI- Implementar políticas públicas voltadas ao currículo da educação integral em tempo integral, que contemple de acordo com as práticas de inclusão social dos movimentos étnico raciais, de diversidade e gênero nas escolas públicas municipais;
- VII- Garantir políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de todos os estudantes nas escolas públicas municipais com qualidade;
- VIII- Distribuir material escolar adequado a todos os alunos da rede pública municipal que contemple as faixas etárias, níveis e modalidades de ensino, incluindo fardamento escolar nas cores oficiais do município;
- IX- Implementar programas de monitoramento de frequência, participação e desempenho dos alunos das escolas da rede pública municipal em parceria com os responsáveis legais pelos alunos menores de 18 anos;
- X- Garantir programa de merenda escolar de qualidade, em regime de colaboração com a União, com cardápio regionalizado para crianças, jovens, adultos e idosos, com utensílios adequados e formação continuada para os profissionais da área;
- XI- Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- XII- Garantir que todas as escolas públicas de educação básica tenham acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- XIII- Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet, bem como a manutenção dos mesmos;
- XIV- Colaborar com a União, no estabelecimento de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, para os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos,

entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

- XV- Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas municipais, bem como participar do programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;
- XVI- Garantir políticas de combate à violência na escola, em parceria com outras esferas governamentais e profissionais itinerantes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- XVII- Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XVIII- Garantir nos currículos do Sistema Municipal Público e Privado de Ensino conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;
- XIX- Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação/ e o atendimento em educação especial;

- XX- Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;
- XXI- Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- XXII- Promover a articulação dos programas da área da educação, do âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- XXIII- Garantir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- XXIV- Fortalecer com colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, do Sistema Municipal de Educação, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;
- XXV- Promover com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários, bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- XXVI- Instituir, em articulação com o Estado e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

XXVII- Estabelecer políticas de estímulo financeiro e em forma de recursos didático-pedagógicos, cursos , formações, especializações e bens permanentes para a escola) às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

META 10- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias estipuladas para o município pelo IDEB.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4.2	4.5	4.8	5.1
Anos finais do ensino fundamental	3.8	4.1	4.4	4.6

Fonte: idcb.inep.gov.br

Estratégias:

- I- Implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitando a realidade do município;
- II- Assegurar que:
 - a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejado;
 - b) No último ano de vigência deste PME, todos os (as) alunos (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- III- Colaborar com a União em relação aos indicadores municipais de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas

características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de cada ensino;

- IV- Desenvolver instrumentos municipais de avaliação que possibilitem um processo contínuo de auto avaliação das escolas da educação básica, que orientem as dimensões básicas a serem fortalecidas, destacando a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) professores (as) e o aprimoramento da gestão democrática;
- V- Formalizar e executar planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação dos profissionais da educação, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;
- VI- Utilizar os resultados das avaliações nacionais, estaduais e municipais, como instrumentos que indicam a busca pela melhoria dos processos e práticas pedagógicas;
- VII- Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes de educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- INMETRO, financiamento compartilhado com a União, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- VIII- Desenvolver e/ou aproveitar boas práticas e modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo considerando as especificidades locais;
- IX- Universalizar, até o sexto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede municipal de ensino, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

- X- Garantir às todas as creches e escolas públicas municipais o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- XI- Promover a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais, criando, inclusive, mecanismos para a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive internet;
- XII- Garantir as políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações articuladas com outros órgãos públicos, destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providencias adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- XIII- Garantir a inclusão e permanência na escola dos adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XIV- Garantir no currículo da rede pública municipal e privada de ensino, os conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena;
- XV- Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- XVI- Promover as articulações dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade da educação pública municipal e privada;
- XVII- Promover e regular a oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

XVIII- Desenvolver instrumentos específicos de avaliação da educação básica e suas modalidades, tendo em consideração as especificidades das propostas pedagógicas de cada etapa;

META 11 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 90% (noventa por cento) até 2022 e erradicar, até 2025, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ANO	ATINGIR NO MÍNIMO
2017	30%
2019	60%
2022	90%
2025	Erradicar o analfabetismo absoluto

Estratégias:

- I- Garantir a oferta gratuita da educação de jovens, adultos e idosos a todos os que não tiveram acesso á educação básica na idade própria;
- II- Implementar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- III- Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem;
- IV- Promover as chamadas públicas regulares para a educação de jovens, adultos e idosos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade;
- V- Executar, em articulação com a área da saúde, programa nacional de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da educação de jovens adultos e idosos;
- VI- Manter o programa nacional de educação de jovens, adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e a formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- VII- Fomentar a expansão das matrículas na educação básica de jovens, adultos e idosos.

META 12 – Implantar uma política de valorização e formação do profissional da educação.

Estratégias:

- I- Revisar o plano de cargos e carreiras e o estatuto de magistério a cada quatro anos a partir da publicação dessa lei;
- II- Estabelecer parcerias entre setores públicos e privado educacional para formação continuada dos profissionais da educação;
- III- Garantir aquisição de computadores pessoais para todos os profissionais da educação da rede pública de ensino, bem como outros equipamentos tecnológicos que auxiliam nas atividades pedagógicas;
- IV- Realizar de concurso público para a educação básica sempre que necessário, mediante orientações dos órgãos públicos competentes;
- V- Implantar política de formação continuada para todos os trabalhadores em educação da rede pública municipal;
- VI- Garantir aos professores (as) readaptados (as), desde que comprovado por médico especialista a impossibilidade do exercício do magistério, o direito de exercer a função técnico-pedagógica sem nenhuma perda salarial, garantindo-lhes as gratificações inerentes ao exercício do magistério.

META 13 – Assegurar a permanência com sucesso do aluno e combater, em todos os níveis e modalidades de ensino a repetência e a evasão escolar, corrigindo a distorção idade-série, inclusive com programas de auxílio às famílias de baixa renda.

Estratégias:

- I- Acompanhar a frequência dos alunos em parceria com o Conselho Tutelar e Ministério Público, contribuindo para a erradicação da evasão escolar;
- II- Fomentar, em parceria com a União e o Estado de Pernambuco, dos programas para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

- III- Garantir o funcionamento e ampliação dos programas de apoio vinculados a educação (merenda escolar, transporte escolar, campanhas de saúde escolar preventiva, bolsa escola e geração de renda) de forma organizada, atendendo as necessidades da sociedade;
- IV- Garantir a criação do sistema municipal de correção da distorção idade-série até 2018;
- V- Promover a qualificação profissional, através de cursos profissionalizantes em parcerias com o Sistema S e a Secretaria Municipal do Trabalho;
- VI- Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes;
- VII- Universalizar, mediante articulação entre órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção e promoção da atenção básica à saúde;
- VIII- Estabelecer as ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino;
- IX- Criar as políticas públicas na rede municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo a equidade da aprendizagem, não enfatizando a meritocracia;
- X- Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar o mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, com vistas à redução da desigualdade educacional;

META 14 – Qualidade da educação: Democratização do acesso, permanência, condições de participação e aprendizagem.

Estratégias:

- I- Garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- II- Atender ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde (EC nº 59/2009);
- III- Garantir o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo;
- IV- Recensear os educandos no ensino fundamental fazendo lhes a chamada a zelar, junto aos pais ou responsáveis pela frequência;
- V- Incluir no projeto-pedagógico das escolas que oferecem EJAII os princípios e valores para um futuro sustentável, contidos na carta da terra e no *tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*;
- VI- Garantir o acesso e permanência aos estudantes travestis e transexuais no ensino fundamental, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, de acordo com a Constituição Federal de 1988 no seu Art.5º.
- VII- Atender no currículo e nas práticas pedagógicas, das exigências legais das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade do ensino da música nas escolas públicas, o ensino da História e Cultura Africana, Afro Brasileiro e Indígena, além do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres.

META 15 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, 50% (cinquenta por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Escolaridade média da população:	Meta Brasil	O município atingiu até 2013
De 18 a 29 anos zona Urbana	12 anos	8,1 anos
De 18 a 29 anos zona rural	12 anos	5,9 anos
Entre os 25% por cento mais pobres	12 anos	6,3 anos
Negra e não negra de 18 a 29 anos	100%	91,3%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

Estratégias:

- I- Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes como rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- II- Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- III- Garantir o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio;
- IV- Expandir a oferta gratuita da educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- V- Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e em parceria com a União, garantir a frequência e

- VI- Apoio á aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes da rede pública regular de ensino;
- VII- Promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Meta 16 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, na forma integrada à educação profissional.

META NACIONAL	MUNICÍPIO ATINGIU ATÉ 2013	FALTA ATINGIR ATÉ 2025
25%	0,0%	25%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

Estratégias:

- I- Manter o programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- II- Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- III- Fomentar à integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo inclusive na modalidade de educação à distância;
- IV- Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- V- Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de

jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

- VI- Estimular à diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;
- VII- Fomentar à produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes do Sistema Público Municipal que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- VIII- Fomentar à oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência e atuação exclusiva na modalidade;
- IX- Institucionalizar o programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- X- Expandir a oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais;
- XI- Implementar os mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada.

Meta 17 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

META NACIONAL	PERNAMBUCO ATINGIU ATÉ 2013
4.808.838 matrículas	72.450 matrículas

Fonte: simcc.mec.gov.br/pde/graficopne.php

Estratégias:

- I- Apoiar à expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal e Estadual de educação profissional, científica e tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

Meta 18 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

META NACIONAL	PERNAMBUCO ATINGIU ATÉ 2013
50%	25,7%

Fonte: simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

Estratégias:

- I- Apoiar a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

META 19 – Valorizar os (as) profissionais do magistério do Sistema Municipal de Ensino de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

- I- Constituição, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, o fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- II- Implementar, no plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
- III- Respeitar em todas as jornadas de trabalho um terço das horas, aulas para aulas atividades, sendo que as jornadas de 30 horas aulas semanais que equivalem a 150 (cento e cinquenta) horas aulas mensais e de 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) horas aulas que equivalem a 187,5 horas aulas mensais, calculadas proporcionalmente ao valor máximo de 200 (duzentas) horas aula mensal;
- IV- Garantir ticket para todos os profissionais de educação, com carga horária de oito horas ininterruptas e para os (as) professores (as) que possuem dois contratos na mesma rede;
- V- Garantir incentivo, através de bônus para aquisição de livros para todos (as) os (as) profissionais da educação, lotados ou não em unidades educacionais;
- VI- Equiparar o salário dos professores contratados e os efetivos de acordo com o PCCV e o estatuto do magistério respeitando as faixas.

META 20 – Assegurar, no prazo de 02 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica do sistema municipal de ensino e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

	Meta Brasil	O município atingiu até 2013.	Falta atingir até 2025.
Professores da educação básica com pós- graduação lato sensu ou stricto sensu.	50%	25%	25%

Fonte: simec.mec.gov.br/pdc/graficopne.php

Estratégias:

- I- Implantar acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais (Conselho Municipal de educação, técnicos da Secretaria de Educação, Sindicato dos Profissionais da educação), a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório;
- II- Garantir, no plano de Carreira dos profissionais em educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para a qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- III- Participar anual, a partir do segundo ano de vigência deste PME, do censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;
- IV- Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas, com criação de políticas de incentivos para os docentes, evitando assim a rotatividade, e com isto, garantir o processo educativo sem interrupções e de qualidade;
- V- Criar uma comissão permanente de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira;
- VI- Selecionar interna do quadro funcional efetivo de magistério para o cargo de coordenador pedagógico, garantindo a presença de um profissional nos turnos de funcionamento de cada unidade.

META 21 – Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas.

Estratégias:

- I- Efetivar programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
- II- Constituição de Fórum Permanente de Educação com representante de cada segmento, com o intuito de coordenar a conferência municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;
- III- Constituir e fortalecer os grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
- IV- Constituir e fortalecer os conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- V- Garantir consulta e participação dos profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
- VI- Garantir os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino municipais;

- VII- Desenvolver de programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;
- VIII- Implantar conselhos de pais, gestores escolares e grêmios;
- IX- Incentivar e fortalecimento à efetiva participação dos conselhos escolares;
- X- Elaborar regimento de conselhos de pais, professores, gestores escolares e grêmios estudantis nas escolas públicas municipais e privadas, ficando sob-responsabilidade dos agentes envolvidos dos respectivos conselhos;
- XI- Promover fóruns para a discussão da formação, atuação e responsabilidade destes conselhos;
- XII- Realizar Conferência Municipal de Educação precedida de fórum de debates por segmentos a cada dois anos em toda a rede de ensino municipal;
- XIII- Divulgar e explanar as informações através de diversos tipos de mídia (carro de som, rádio, panfletagem, internet, jornal impresso, revistas e TV);
- XIV- Fortalecer o Conselho Municipal de Educação mediante a efetivação dos debates voltados a qualidade da educação municipal;
- XV- Fomentar a gestão democrática das escolas públicas municipais, consolidando a eleição direta da equipe gestora feita pela comunidade escolar até 2017, consolidando o estatuto do Magistério do Município, conforme o artigo 16 e seus parágrafos, assegurando um mandato de 03 anos com direito a uma reeleição;
- XVI- Criar uma equipe técnica pedagógica itinerante com profissionais do quadro efetivo para atender professores da rede municipal de ensino;
- XVII- Implantar gerencial informatizado (administrativo e pedagógico);
- XVIII- Revisar o Plano Municipal de Educação a cada dois anos após a Conferência Municipal de Educação;
- XIX- Estabelecer, mediante lei municipal, da vigência de dez anos para a execução das ações do Plano Municipal de Educação, como política pública de Estado;
Garantir a equipe gestora com o mínimo de três segmentos e para ampliação considerar o quantitativo de alunos matriculados, exceto para as escolas uni docentes;
- XX- Promover a formação continuada para a equipe gestora da escola

- XXI- Legalizar todas as escolas da rede pública municipal e privada garantindo os direitos da comunidade escolar.

META 22 – Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

- I- Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do parágrafo 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;
- II- Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;
- III- Manter e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;
- IV- Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 200, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, Secretarias de Municipal de Educação e o Tribunal de contas;

- V- Apoiar no prazo de 02 (dois) anos de vigência deste PME, a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ;
- VI- Implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
- VII- O CAQ será definido no prazo de 03 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação – MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – DNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados de Educação, Cultural e Esportes do Senado Federal e no município pelo Conselho Municipal de Educação;
- VIII- Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;
- IX- Atender a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, na rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;
- X- Definir os critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão da rede municipal de ensino.